



2 - Declaro nos termos do artigo 81, § 1º do RITJSP, que detenho autos conclusos fora do prazo legal e que não dei causa a adiamento injustificado de audiência.

No caso da opção 2, abrirá um campo onde deverá ser apresentada a justificativa.

Estando de acordo, teclé no botão Próximo.

Passo 4 – Conferir e Salvar

São apresentados todos os dados referentes à inscrição, que deverão ser conferidos minuciosamente pelo Magistrado. Estando de acordo, teclé no botão Salvar para efetivar a sua inscrição.

Passo 5 – Protocolo

O sistema retornará o número do protocolo, comprovando a inscrição para o concurso. Teclando no botão Imprimir será visualizado o ofício enviado para a SEMA - Secretaria da Magistratura, com todas as informações pertinentes à inscrição.

Sua inscrição está finalizada.

Selecione o item Concursos -> Consultar para alterações, consultas ou novas inscrições.

Clique em Sair para encerrar.

(02. 05. 07 e 09/03/2018)

Subseção II: Atos e comunicados da Corregedoria Geral da Justiça

DICOGE

11º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL Nº 04/2018 – CONTEÚDO E GABARITO DA PROVA DE SELEÇÃO

O Presidente da Comissão Examinadora do 11º Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo, Desembargador MÁRCIO MARTINS BONILHA FILHO, **TORNA PÚBLICO** o conteúdo e o gabarito das Provas de Seleção (versões 01, 02, 03 e 04) do referido certame, realizadas em 25/02 e 04/03/2018:

CRITÉRIO PROVIMENTO (PROVA REALIZADA AOS 25/02/2018)

VERSÃO 1

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

01. De acordo com o Provimento nº 62/2017, da Corregedoria Nacional da Justiça, o cadastramento e a prestação de serviços de apostilamento pelas serventias notariais e de registro são obrigatórios

(A) nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, com possibilidade de dispensa por motivos justificados, e facultativos no interior.

(B) nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal e facultativos no interior.

(C) em todas as serventias, com possibilidade de dispensa por motivos justificados.

(D) em todas as serventias.

02. Nos termos da Lei Estadual nº 11.331/2002, o limite de receita bruta para fins de suplementação da receita mínima das serventias deficitárias é equivalente a

(A) 12 (doze) salários-mínimos mensais.

(B) 10 (dez) salários-mínimos mensais.

(C) 15 (quinze) salários-mínimos mensais.

(D) 13 (treze) salários-mínimos mensais.

03. De acordo com as Notas Explicativas da Tabela de Emolumentos relativa ao Registro de Títulos e Documentos, anexa à Lei Estadual nº 11.331/2002, a base de cálculo do registro de contrato de locação de imóvel com duração de 30 (trinta) meses será equivalente

(A) à soma dos 12 (doze) primeiros alugueres.

(B) ao valor total do contrato, calculado com base no valor do primeiro aluguel.

(C) ao valor do imóvel.

(D) a um terço do valor do imóvel.

04. No Estado de São Paulo, a execução de atividades fora das dependências das serventias notariais e de registro pela modalidade de teletrabalho é

(A) admitida para o titular e seus prepostos, mediante autorização do Juiz Corregedor Permanente.

(B) admitida para o titular e seus prepostos, independentemente de autorização do Juiz Corregedor Permanente.

(C) vedada.

(D) admitida somente para os prepostos.



05. Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, a apresentação a protesto do crédito referente a contribuições de condomínio edilício deve ser feita perante o Tabelião do

- (A) local da unidade condominial.
- (B) local da unidade condominial ou do domicílio do devedor.
- (C) domicílio do devedor.
- (D) local indicado para o ato pela assembleia dos condôminos.

06. Devedor microempresário efetua pagamento de título no tabelionato de protesto com cheque de sua emissão. Comprovada a devolução do cheque, sem a devida provisão de fundos (alínea 11), no décimo segundo dia útil seguinte, o Tabelião

- (A) informará ao apresentante sobre o decurso de prazo para eventuais reclamações, restituindo imediatamente o cheque ao apresentante.
- (B) lavrará o protesto no primeiro dia útil subsequente e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano.
- (C) lavrará o protesto no mesmo dia e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano.
- (D) lavrará o protesto no primeiro dia útil subsequente e suspenderá os benefícios do art. 73 da Lei Complementar nº 123/2006 por um ano, salvo na hipótese de pagamento em dinheiro, pelo devedor, dentro do referido prazo.

07. Assinale a alternativa correta.

- (A) O protesto especial para fins falimentares poderá ser lavrado na praça de pagamento ou na circunscrição do principal estabelecimento do devedor.
- (B) Os termos de protesto para fins falimentares, de títulos ou documentos de dívida de responsabilidade das pessoas sujeitas às consequências da legislação falimentar, são lavrados em livro especial.
- (C) O termo de protesto especial para fins falimentares deve indicar o nome completo de quem recebeu a intimação, salvo se realizada por edital.
- (D) O deferimento do processamento de recuperação judicial do empresário e da sociedade empresária impede o protesto de títulos e documentos de dívida relacionados com o requerente do benefício legal.

08. Conforme previsão das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, uma vez apresentada ao Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas apenas uma via do documento original do ato constitutivo, caso seja adotado sistema de microfilmagem na serventia, o registrador

- (A) sobrestará o registro, depois de protocolado o documento, e notificará o requerente para que apresente outra via original no prazo de 20 (vinte) dias, consignando que, depois de findo o prazo, o registro somente produzirá efeitos a partir da data da reapresentação.
- (B) promoverá o registro e devolverá essa via para o apresentante, após o registro.
- (C) protocolará o documento e entregará nota devolutiva com a exigência de apresentação de outra via.
- (D) promoverá o registro e arquivará essa via na serventia, facultando-se a expedição de certidão ao usuário.

09. No Registro Civil das Pessoas Jurídicas, exige-se, em regra, visto de advogado nos atos constitutivos, contratos sociais e estatutos das pessoas jurídicas. Em determinadas hipóteses, no entanto, essa providência pode ser dispensada para

- (A) organizações religiosas.
- (B) sociedades simples.
- (C) fundações de direito privado.
- (D) associações.

10. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, no Registro de Títulos e Documentos, o Livro designado sob a letra "E" é

- (A) o indicador real.
- (B) o indicador pessoal.
- (C) específico para registro de documentos para fins de mera conservação.
- (D) específico para registro de documentos eletrônicos.

11. Em relação ao Registro de Títulos e Documentos, as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça preveem a averbação do resultado, positivo ou negativo, da notificação decorridos

- (A) 30 (trinta) dias e realizadas, no mínimo, 02 (duas) diligências.
- (B) 30 (trinta) dias e realizadas, no mínimo, 03 (três) diligências.
- (C) 60 (sessenta) dias e realizadas, no mínimo, 03 (três) diligências.
- (D) 60 (sessenta) dias e realizadas, no mínimo, 02 (duas) diligências.

12. Conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, o registro que dá origem a uma notificação

- (A) considera-se pendente até a averbação do cumprimento da diligência ou da impossibilidade de sua realização.
- (B) somente será efetivado após o cumprimento da diligência, elaborando-se nota devolutiva caso não seja possível sua realização.
- (C) considera-se perfeito, independentemente da averbação do cumprimento da diligência ou da impossibilidade de sua realização.
- (D) somente será efetivado após o cumprimento da diligência ou a certificação da impossibilidade de sua realização.



13. Em relação ao Livro nº 1 – Protocolo do registro de imóveis, é correto afirmar que

(A) em caso de escrituração por sistema informatizado, as anotações relativas aos atos formalizados no dia serão feitas no próprio termo de encerramento diário quando não houver possibilidade de serem lançados na coluna própria.

(B) as escrituras públicas e os instrumentos particulares deverão ser identificados de acordo com a sua espécie (compra e venda, doação, compromisso de compra e venda, etc.) na coluna correspondente à natureza formal do título.

(C) quando não adotados mecanismos informatizados, o controle da tramitação simultânea de títulos contraditórios ou excludentes será feito por meio de fichas, que serão inutilizadas à medida em que os títulos correspondentes forem registrados ou cessarem os efeitos da prenotação.

(D) é dispensável a indicação do horário no termo diário de abertura do Protocolo, limitando-se a obrigatoriedade apenas à indicação da data.

14. Em relação à cobrança das prestações vencidas do contrato de alienação fiduciária de imóvel, é correto afirmar que

(A) quando o fiduciante for domiciliado em comarca diversa à da situação do imóvel, a intimação deverá ser sempre feita pelo oficial de registro de títulos e documentos da comarca do domicílio de quem deva recebê-la.

(B) nos condomínios edifícios ou outras espécies de conjuntos imobiliários com controle de acesso, a intimação poderá ser feita ao funcionário da portaria responsável pelo recebimento da correspondência.

(C) a intimação será feita pessoalmente ao fiduciante, ou ao seu representante legal ou procurador regularmente constituído, exceto nos casos de suspeita motivada de ocultação ou quando se encontrar em lugar ignorado, incerto ou inacessível, hipóteses em que a intimação será, respectivamente, feita por hora certa ou por edital.

(D) não cabe ao oficial de registro de imóveis fazer a intimação por hora certa, caso em que o credor fiduciário deverá requerê-la por via judicial.

15. Com referência ao crédito imobiliário, tendo como garantia a alienação fiduciária de um determinado imóvel, assinale a alternativa correta.

(A) Sendo o credor fiduciário uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, poderá optar pela emissão de Letra de Crédito Imobiliário ou de Cédula de Crédito Imobiliário representativa desse crédito, implicando a transferência de qualquer um deles na automática transmissão da respectiva garantia ao cessionário, que ficará sub-rogado em todos os direitos decorrentes do referido crédito.

(B) O credor fiduciário, mesmo não sendo instituição financeira, poderá emitir Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) representativa desse crédito.

(C) Na hipótese de emissão de Cédula de Crédito Imobiliário, quando em forma escritural, todas as transferências deverão ser averbadas na matrícula, com a finalidade de se manter a continuidade nas sucessões dos direitos.

(D) A Cédula de Crédito Imobiliário, quando não escritural, deverá ser emitida concomitantemente ao contrato de alienação fiduciária, devendo ainda ser subscrita pelo devedor fiduciante.

16. A respeito do registro do loteamento em que a área a ser loteada estiver situada em duas circunscrições imobiliárias, é correto afirmar:

(A) deverá ser requerido simultaneamente em ambas as circunscrições.

(B) poderá ser requerido simultaneamente ou sequencialmente, mas, somente após o registro em ambas as circunscrições, será o loteamento considerado registrado.

(C) deverá ser requerido, primeiro, naquela em que estiver situada a maior parte da área, e, enquanto não realizado o registro, não poderá ser prenotado o mesmo pedido na outra circunscrição.

(D) quando já estiver realizado em uma das circunscrições, mas vier a ser indeferido na outra, o registro já efetuado deverá ser cancelado, mesmo que o motivo se limite à área situada sob competência sua.

17. Na retificação extrajudicial da descrição do imóvel urbano, em que houver modificação das medidas perimetrais, em relação aos confrontantes que não manifestaram a anuência na planta,

(A) deverão todos ser notificados.

(B) deverão ser notificados apenas aqueles das divisas alcançadas pelas alterações.

(C) a necessidade de sua notificação deverá ser aferida pelo oficial, inclusive a municipalidade deverá ser sempre notificada na falta de seu consentimento na planta.

(D) independentemente de sua notificação, quando requerido pelo adquirente do imóvel, deverá ser notificado o proprietário tabular mesmo quando apresentado o título aquisitivo.

18. Em relação à incorporação imobiliária, é correto afirmar que

(A) o prazo de carência, dentro do qual é permitido ao incorporador desistir do empreendimento, é de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável uma só vez por igual período.

(B) havendo o registro de escritura definitiva de compra e venda de fração ideal de terreno vinculada à futura unidade autônoma, o incorporador não mais poderá desistir do empreendimento, mesmo estando ainda no período de carência.

(C) o registro da hipoteca do terreno vinculada ao financiamento das obras é fato que caracteriza a concretização da incorporação.

(D) uma vez averbada a desistência da incorporação no registro de imóveis, diante de sua publicidade, é facultativo ao incorporador comunicar o fato aos eventuais adquirentes.

19. Assinale a alternativa correta relativa à escritura de pacto antenupcial, já registrada no livro nº 3 do registro de imóveis do primeiro domicílio do casal, em caso de mudança deste para outra comarca.

(A) Somente poderá ser registrada novamente em caso de a mudança ser para outra unidade da federação.

(B) Não poderá ser novamente registrada, por ser vedada a duplicidade de registros do mesmo título.

(C) O novo registro é obrigatório em razão da necessária publicidade do regime de bens do casal em relação a terceiros, no caso de existirem imóveis registrados em nome de um dos cônjuges.

(D) A requerimento das partes poderá ser registrada na circunscrição imobiliária do novo domicílio.



20. Na incorporação, cisão ou fusão de sociedades, o ato a ser praticado na matrícula do imóvel de titularidade da empresa sucedida será

(A) de registro do ato societário nos três casos, em razão de ter ocorrido a sucessão de direitos e obrigações e consequente transmissão do domínio do imóvel da empresa sucedida para a sucessora.

(B) de registro do ato societário na hipótese de incorporação e de averbação na cisão ou fusão.

(C) de averbação do ato societário na hipótese de incorporação e de registro na cisão ou fusão.

(D) de averbação do ato societário nas três hipóteses, por ser essa a forma determinada em lei.

21. Em relação à imissão provisória de posse em processo de desapropriação judicial, assinale a alternativa correta.

(A) Quando houver expressa concordância do expropriado, ela pode ser registrada na matrícula, como aquisição do domínio pelo expropriante, mesmo em caso de contestação do valor ofertado como indenização.

(B) Por se tratar de ato de transmissão de posse e não de propriedade, a mesma não poderá ser objeto de registro, mas tão somente de averbação.

(C) Somente quando se tratar de implementação de projetos habitacionais ou de regularização fundiária, em área urbana ou de expansão urbana, poderão ser unificados dois ou mais imóveis, mesmo quando imitados em favor do expropriante em processos distintos; todavia, a unificação não poderá abranger imóvel contíguo, cuja propriedade já tenha sido adquirida pelo mesmo expropriante.

(D) Por ser ato meramente processual, não há previsão de ingresso no registro.

22. Em relação à certidão do registrador de imóveis expedida em formato eletrônico, é correto afirmar que

(A) poderá ser disponibilizada para *download*, desde que seja por meio da central de serviços compartilhados ou por meio de *site* próprio da serventia, aprovada pelo Juiz Corregedor Permanente.

(B) poderá ser postada pelo oficial, via correio eletrônico, diretamente ao solicitante.

(C) o fornecimento de certidão no formato eletrônico depende de autorização do juiz corregedor permanente, a quem cabe verificar se a serventia está apta à prestação desse tipo de serviço.

(D) qualquer oficial de registro de imóveis, integrante da central de registradores de imóveis do Estado de São Paulo, poderá materializar certidão em papel de segurança com base em certidão eletrônica fornecida por outro registrador integrante da mesma central.

23. O registro da hipoteca judiciária na matrícula do imóvel poderá ser feito

(A) por meio de carta de sentença extraída de processo, contendo condenação do réu a pagar quantia certa e com a comprovação do seu trânsito em julgado.

(B) somente por meio de mandado judicial, em procedimento de cumprimento de sentença condenatória de pagamento de quantia certa transitada em julgado.

(C) mediante apresentação da cópia da sentença que condenar o réu a pagar quantia em dinheiro, mesmo que genérica, ou ainda de conversão em pecúnia, de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa, independentemente de mandado judicial, de comprovação de trânsito em julgado ou de outra declaração expressa do juiz.

(D) somente por meio de mandado judicial, em decorrência da concessão de tutela de urgência.

24. Considerando as particularidades entre os registros e as averbações, é correto afirmar que serão registrados no Registro Civil das Pessoas Naturais

(A) os nascimentos, as conversões das uniões estáveis em casamento e as emancipações.

(B) as interdições, os traslados de assentos lavrados no estrangeiro e em consulados brasileiros e a sentença que determinar a extinção do poder familiar.

(C) os casamentos, as sentenças declaratórias de ausência e morte presumida e a nomeação de tutor.

(D) os óbitos, as opções de nacionalidade e os atos que reconhecerem a filiação.

25. Tendo em vista as peculiaridades do Registro Civil das Pessoas Naturais, é correto afirmar, em relação ao expediente regulamentar, que

(A) se considera válido o ato lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houve expediente.

(B) será nulo o ato lavrado em feriado, uma vez que a prática evidencia o desrespeito a uma das solenidades essenciais para sua validade.

(C) quando a celebração do casamento for em edifício particular, ficará este de portas abertas durante o ato, sendo defeso em lei a sua realização após às vinte e duas horas.

(D) os mandados atinentes às sentenças que constituírem vínculo de adoção, que não forem registrados até a hora de encerramento dos serviços, terão o seu cumprimento, obrigatoriamente, adiado para o dia útil seguinte, a fim de garantir a sua publicidade.

26. Levando em conta a escrituração dos livros pertencentes ao Registro Civil das Pessoas Naturais, assinale a alternativa correta.

(A) Os assentos serão escriturados seguidamente, em sequência cronológica de declarações, não sendo obrigatória a utilização de número de ordem para cada um deles.

(B) É vedada a utilização de transporte para as averbações destinadas aos reconhecimentos de filiação.

(C) Na hipótese de uso de livro próprio destinado ao transporte de anotações e averbações, deverá o Registrador Civil escriturar as respectivas remissões junto aos assentos originários.

(D) Se as circunstâncias exigirem a presença de testemunhas nos assentos, estas devem satisfazer as condições exigidas pela lei civil, não sendo admitidos os parentes do registrando.



27. De acordo com a disciplina que envolve o registro de nascimento, é correto afirmar que

- (A) o evento morte do registrando com idade inferior a 01 (um) ano não faz operar a atração da competência do assento de nascimento para o mesmo Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição para lavrar o óbito.
- (B) poderão ser adotados sobrenomes do pai, da mãe ou de ambos, sendo que o sobrenome da família materna deverá anteceder ao da linha paterna.
- (C) as declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante o implemento de despacho do juiz corregedor permanente.
- (D) em caráter de exceção, permite-se a lavratura do assento em local diverso da ocorrência do parto ou da residência dos pais, sob a conjuntura do evento morte do registrando com idade inferior a 01 (um) ano.

28. A respeito da Declaração de Nascido Vivo, assinale a alternativa correta.

- (A) No registro de nascimento de criança com menos de 03 (três) anos de idade, nascida de parto sem assistência de profissional da saúde ou parteira, a Declaração de Nascido Vivo será preenchida pelo Oficial de Registro Civil que lavrará o assento de nascimento e será assinada também pelo declarante, dispensada a comunicação do ato ao Ministério Público.
- (B) O assento de nascimento deverá conter o número de identificação da Declaração de Nascido Vivo.
- (C) Constitui motivo para recusa, devolução ou solicitação de retificação da Declaração de Nascido Vivo por parte do Registrador Civil, a omissão do nome do recém-nascido ou do nome do pai.
- (D) O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo representa uma das formas legais de presunção da paternidade, entretanto, será qualificada como ineficaz, diante de negativa expressa da mãe na oportunidade do registro.

29. No assento de nascimento, far-se-á referência:

- (A) no caso de irmãos bilaterais não gêmeos, mas registrados na mesma ocasião, à respectiva ordem de nascimento em cada um dos assentos.
- (B) no caso de não comparecimento do pai, à indicação minuciosa dos dados relativos ao casamento deste com a mãe, desde que a filiação se presuma concebida na constância do matrimônio.
- (C) no caso de filhos havidos fora do casamento, ao estado civil dos pais.
- (D) ao número de inscrição, perante o Cadastro de Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil, daquele cujo assento se lava.

30. No âmbito administrativo, é correto afirmar que

- (A) o reconhecimento espontâneo do filho, pelo relativamente incapaz, poderá ser realizado independentemente da assistência de seus pais, tutor, curador ou apoiador.
- (B) o filho menor poderá ser reconhecido, mesmo sem a anuência escrita da mãe, condicionado, nesse caso, à manifestação favorável do Ministério Público.
- (C) a averbação do reconhecimento será concretizada na serventia em que foi lavrado o assento de nascimento, independentemente da manifestação do Ministério Público ou do Juiz Corregedor Permanente, mas com a anuência escrita do filho maior, cuja falta ou impossibilidade de manifestação válida, implicará na apreciação do caso diretamente pelo Registrador Civil responsável.
- (D) o reconhecimento da paternidade por absolutamente incapaz ou pessoa com deficiência que não puder exprimir sua vontade, qualquer que seja a causa, poderá ser efetivado diretamente perante o serviço de registro civil, observando-se as regras concernentes à representação, facultada, ainda, a intervenção individual de curador ou apoiador.

31. A respeito do procedimento de registro tardio de nascimento, deverá o Registrador Civil processante

- (A) lavrar o assento de nascimento com o estabelecimento da filiação materna e paterna, na hipótese de requerimento formulado pelo próprio registrando, mesmo sem anuência dos apontados pais.
- (B) nos casos em que os genitores forem absolutamente desconhecidos, lançar no respectivo assento os nomes fictícios de pai e de mãe.
- (C) lavrar o assento de nascimento sem a indicação de filiação, nas hipóteses em que não se verificarem os reconhecimentos espontâneos por parte dos genitores.
- (D) quando ausente a identificação dos genitores, indeferir a adoção do sobrenome indicado pelo registrando.

32. Sobre o casamento, é correto afirmar que

- (A) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro.
- (B) a dispensa dos proclamas, nos casos previstos em lei, será submetida à decisão do Registrador Civil processante, com a audiência obrigatória do Ministério Público.
- (C) o casamento pode celebrar-se mediante procuração com eficácia limitada ao prazo de 90 (noventa) dias, por instrumento público ou particular com firma reconhecida.
- (D) a escritura de pacto antenupcial deverá ser anexada aos autos da habilitação, devendo constar do respectivo assento de casamento somente a menção de sua existência, vedada a indicação do cartório em cujas notas foi lavrada.

33. Sobre o casamento religioso para efeitos civis, é correto afirmar que

- (A) o casamento religioso celebrado sem as formalidades exigidas pela lei civil jamais poderá ser registrado.
- (B) o registro no Livro B-Auxiliar produzirá efeitos jurídicos a contar da celebração do casamento.
- (C) o registro civil do casamento religioso deverá ser promovido dentro de 90 (noventa) dias de sua realização, desde que previamente certificada a habilitação. Expirado o prazo, ainda que se proceda a nova habilitação, o registro não poderá mais ser autorizado.
- (D) apresentado o termo do casamento religioso para fins de registro, o Registrador Civil deverá formalizar a lavratura do ato no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.



34. A propósito da conversão da união estável em casamento, assinale a alternativa correta.

- (A) O assento de conversão da união estável em casamento será lavrado imediatamente após a celebração do matrimônio, com expressa indicação da data do início de seu estabelecimento.
- (B) A união estável poderá converter-se em casamento mediante pedido dos companheiros ao Juiz Corregedor Permanente, independentemente de prévia habilitação para o casamento.
- (C) Não se admite, para fins de registro, a conversão de união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo.
- (D) O processo de habilitação se desenvolve sob o mesmo rito previsto para o casamento, devendo constar dos editais que se trata de conversão, seguindo-se a lavratura do respectivo assento independentemente de autorização do Juiz Corregedor Permanente, prescindindo o registro da celebração do matrimônio.

35. Em relação ao registro de óbito, assinale a proposição verdadeira.

- (A) Em caso de natimorto, o registro será efetuado no Livro C-Auxiliar, vedada a atribuição de nome ao registrado.
- (B) A competência para a lavratura do assento de óbito é exclusiva do Registro Civil do lugar do falecimento.
- (C) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública, sendo desnecessário que o atestado seja firmado por um médico legista.
- (D) O registro de óbito após o prazo legal e o registro de óbito de cadáver destinado ao estudo e pesquisa, por escola de medicina, dependem, obrigatoriamente, da autorização do Juiz Corregedor Permanente.

36. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, leia as afirmações a seguir com relação ao inventário extrajudicial:

I - é possível a sua promoção por cessionários de direitos hereditários, mesmo na hipótese de cessão de parte do acervo, desde que todos os herdeiros estejam presentes e concordes.

II - é obrigatória a nomeação de inventariante extrajudicial na escritura pública de inventário e partilha, para representar o espólio com poderes de inventariante, no cumprimento das obrigações ativas ou passivas pendentes, observando-se a ordem prevista na legislação processual civil.

III - para a lavratura de escritura de nomeação de inventariante, será obrigatória a apresentação dos documentos previstos no item 114, do Capítulo XIV, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (partes e respectivos cônjuges devem estar nomeados e qualificados: nacionalidade, profissão, idade, estado civil, regime de bens, data do casamento, pacto antenupcial e seu registro imobiliário, se houver, número do documento de identidade; número de inscrição no CPF/MF, domicílio e residência).

A partir da análise, assinale a alternativa com afirmações corretas.

- (A) I e II estão corretas.
- (B) I e III estão corretas.
- (C) II e III estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

37. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis

- (A) de valor superior a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (B) quando o valor da transação for superior a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (C) de valor superior a 30 (trinta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (D) quando o valor da transação for superior a 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.

38. Conforme as Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, ao Tabelião de Notas é facultado lavrar os atos notariais

- (A) nos dias e horários definidos por Provimento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, que atenderá às necessidades e peculiaridades locais e ao mínimo de oito horas de atendimento ao público.
- (B) apenas nos dias e horários definidos por meio de Portaria do Juiz Corregedor Permanente, que atenderá às peculiaridades locais e ao mínimo de seis horas de atendimento ao público.
- (C) fora do horário e dos dias estabelecidos na Portaria do Juiz Corregedor Permanente para o atendimento ao público, salvo expressa proibição motivada pelo Juiz Corregedor Permanente, a ser submetida à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.
- (D) nos dias úteis, assim considerados aqueles nos quais há expediente forense no Foro Judicial de 1ª e 2ª Instâncias do Estado de São Paulo.

39. Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, o Tabelião de Notas deve, antes da lavratura de quaisquer atos notariais, conferir as procurações e verificar o prazo de validade da certidão, que não poderá exceder a

- (A) 30 (trinta) dias.
- (B) 60 (sessenta) dias.
- (C) 30 (trinta) dias, se lavrada no Brasil, e 60 (sessenta) dias, se lavrada no exterior.
- (D) 90 (noventa) dias.

40. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, antes da lavratura de atos notariais relacionados a direitos de natureza patrimonial ou negocial, praticados por pessoa em situação de curatela, ou em nome de pessoa com deficiência, por seus eventuais apoiadores, o Tabelião de Notas deve exigir

- (A) certidão de nascimento atualizada, alvará e termo de curatela.
- (B) alvará, termo de curatela ou termo de acordo de decisão apoiada.
- (C) termo de curatela, sentença declaratória da interdição e o termo de nomeação do curador.
- (D) alvará e certidão de inscrição da sentença declaratória da interdição.



41. Na escrituração dos livros de notas, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, são vedadas

(A) as emendas, as entrelinhas e as notas marginais, mesmo para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(B) as emendas e as entrelinhas, mas permitidas as notas marginais para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(C) as entrelinhas e as notas marginais, mas permitidas as emendas para correção de erros, inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

(D) as entrelinhas, mas permitidas as emendas para a correção de erros e as notas marginais para inexactidões materiais e irregularidades sanáveis.

42. No Estado de São Paulo, de acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça, nos inventários extrajudiciais,

(A) os ônus incidentes sobre os imóveis e os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) impedem a lavratura da escritura pública.

(B) apenas os ônus reais incidentes sobre os imóveis impedem a lavratura da escritura pública; os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) não impedem a lavratura da escritura pública.

(C) os ônus incidentes sobre os imóveis e os débitos tributários municipais (certidões positivas fiscais municipais) não impedem a lavratura da escritura pública; apenas os débitos tributários da Receita Federal (certidões positivas fiscais federais) impedem a lavratura da escritura pública.

(D) os ônus incidentes sobre os imóveis não impedem a lavratura da escritura pública; mas os débitos tributários municipais e da Receita Federal (certidões positivas fiscais municipais ou federais) impedem a lavratura da escritura pública.

43. Sobre a lavratura de escrituras públicas de separação e divórcio consensuais, e de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

(A) na partilha em que houver transmissão de propriedade individual de um cônjuge ao outro, ou a partilha desigual de patrimônio comum, está dispensada a comprovação do recolhimento de tributo eventualmente devido sobre a fração transferida.

(B) as partes devem declarar ao Tabelião que o cônjuge virago não se encontra em estado gravídico, ou, ao menos, que não tenham conhecimento sobre essa condição.

(C) as escrituras públicas serão levadas a registro no Livro "E" do Registro Civil das Pessoas Naturais.

(D) não é necessário constar que as partes foram orientadas sobre a necessidade de apresentação de seu traslado no Registro Civil do assento de casamento, para a averbação devida.

44. Sobre as cartas de sentença notariais, e nos termos das Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Paulo, é correto afirmar:

(A) as peças instrutórias das cartas de sentença deverão ser extraídas dos autos judiciais originais, ou do processo judicial eletrônico, conforme o caso.

(B) o termo de abertura deverá conter a relação dos documentos autuados, e o termo de encerramento informará o número de páginas da carta de sentença; e serão consideradas 02 (duas) certidões para fins de cobrança de emolumentos.

(C) a carta de sentença deverá ser formalizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da solicitação do interessado e da entrega dos autos originais do processo judicial, ou do acesso ao processo judicial eletrônico.

(D) o Tabelião fará a autenticação de cada cópia extraída dos autos do processo judicial, atendidos os requisitos referentes à prática desse ato, exceto a aposição de selos de autenticidade, que poderá ser feita uma única vez.

45. Nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria da Justiça do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

(A) não é possível lavrar ata notarial quando o objeto narrado constitua fato ilícito.

(B) é dispensado o arquivamento dos documentos apresentados para a lavratura da ata notarial.

(C) a ata notarial deverá conter a assinatura do solicitante e das testemunhas.

(D) a ata notarial é a narração objetiva, fiel e detalhada de fatos jurídicos presenciados ou verificados pessoalmente pelo Tabelião de Notas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

46. Sobre o controle difuso de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar que

(A) se dá pelo veto jurídico de projeto de lei, aprovado no Congresso Nacional, pela Presidência da República.

(B) o seu exercício se dá por via de exceção, ou seja, qualquer interessado poderá suscitar a inconstitucionalidade, em qualquer processo e em qualquer juízo.

(C) decorre do ajuizamento da ação direta de constitucionalidade genérica, por qualquer cidadão.

(D) se dá pela arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição, de competência do Supremo Tribunal Federal.

47. De acordo com a Constituição Federal, a respeito da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

(A) A vedação de acumulação de cargo público, bem como suas exceções, estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta e indiretamente, pelo poder público.

(B) O prazo de validade do concurso público é de dois anos, podendo ser prorrogado, pelo mesmo período, por duas vezes.

(C) Para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, é garantida a vinculação e equiparação dos cargos do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo para quaisquer espécies remuneratórias.

(D) A investidura em cargo ou emprego público se dá exclusivamente por aprovação prévia em concursos públicos de provas ou de provas e títulos.

**48. São agentes administrativos os**

- (A) servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas, os ministros e os secretários de estado.
- (B) senadores, os deputados e os juizes.
- (C) servidores investidos em cargos, empregos e funções públicas e os servidores contratados por tempo determinado.
- (D) militares e os vereadores municipais.

49. A respeito do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

(A) os Ministros são nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de quarenta e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal.

(B) um quinto dos Ministros é composto, em partes iguais, de advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual e Distrital, alternadamente.

(C) um terço dos Ministros é composto por juizes dos Tribunais Regionais Federais, indicados em lista tríplice elaborada pelo Superior Tribunal de Justiça.

(D) dois quintos dos Ministros é composto por desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Superior Tribunal de Justiça.

50. A respeito da Ordem Econômica e Financeira estabelecida na Constituição da República, assinale a resposta correta.

(A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, na forma da lei.

(B) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

(C) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a como sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

(D) Aquele que possuir como sua área de terra, em zona rural, não superior a quarenta hectares, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á o seu domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel rural ou urbano.

51. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa nas seguintes hipóteses:

(A) para restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidade de grandes proporções da natureza.

(B) para restabelecer a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional, e no caso da ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de sítio.

(C) no caso de declaração de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.

(D) no caso de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de sítio.

52. Sobre os direitos dos índios, dispõe a Constituição da República:

(A) é vedada toda e qualquer exploração dos recursos hídricos, incluindo os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas.

(B) as terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, salvo por deliberação do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades locais, ficando-lhes assegurada participação no resultado.

(C) é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

(D) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, das jazidas e dos demais recursos minerais, dos rios e dos lagos nelas existentes.

53. Os denominados direitos fundamentais de terceira geração

(A) correspondem aos direitos econômicos, sociais e culturais.

(B) são de titularidade coletiva.

(C) tutelam a integridade física e moral.

(D) consagram o princípio da isonomia.

54. A respeito das Constituições brasileiras, é correto afirmar:

(A) a Constituição Federal de 1934 não seguiu o modelo de constituição política, econômica e social.

(B) a Constituição Federal de 1937 é classificada como semântica, pois atuou como simples instrumento de estabilização do Poder, sem o escopo de organizá-lo ou limitá-lo.

(C) a Constituição Federal de 1946 é classificada como dirigente, pois associada a determinada corrente ideológica.

(D) a Constituição Federal de 1824 previa normas de organização social.

55. No que tange à cláusula de supranacionalidade, é correto afirmar que

(A) ela consubstancia um dos fundamentos para a concessão de asilo político.

(B) implica na perda da nacionalidade brasileira, decorrente do cancelamento da naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

(C) não é admitida em nosso ordenamento jurídico, pois viola o princípio constitucional da soberania.

(D) por meio dela, tratados internacionais, dos quais o Brasil seja signatário, ingressam na ordem interna como normas superiores ou de igual hierarquia à Constituição Federal.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

56. Assinale a alternativa que é conforme ao regime jurídico administrativo.

- (A) A Administração pode renunciar ao exercício de competências concedidas por lei.
- (B) A lei encerra o pressuposto, fundamento e limite da atividade administrativa.
- (C) Para a satisfação de interesses coletivos, a Administração é impedida de limitar o exercício de direitos individuais.
- (D) O regime jurídico administrativo concede prerrogativas à Administração similares às existentes no regime de direito privado.

57. A Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em razão da hierarquia perante às Corregedorias Permanentes do Serviço Extrajudicial, pode

- (A) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes apenas para correlação de ilegalidades.
- (B) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes somente se houver interposição de recurso administrativo.
- (C) revisar as decisões dos Juízes Corregedores Permanentes para correção de atos evitados de ilegalidade ou desconformes com a orientação administrativa e/ou precedentes administrativos da Corregedoria Geral da Justiça.
- (D) substituir o Juiz Corregedor Permanente e decidir diretamente a questão posta, desde que não seja de competência exclusiva daquele, por meio do instituto da delegação.

58. Quanto à revogação do ato administrativo, é correto afirmar:

- (A) seus efeitos são retroativos.
- (B) ocorre diante de razões de ilegalidade do ato administrativo.
- (C) pode envolver atos administrativos que já produziram todos os seus efeitos.
- (D) encerra a extinção de um ato administrativo válido por razões de conveniência e oportunidade.

59. Com relação aos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A inalienabilidade do bem público é absoluta.
- (B) Os móveis das instalações físicas destinadas à prestação do serviço delegado extrajudicial de notas e registro são bens públicos.
- (C) Os bens públicos de uso especial não permitem oneração por meio de hipoteca.
- (D) Os bens públicos não comportam a possibilidade de uso privativo por particulares.

60. A pena de perda da delegação imposta aos notários e registradores em processo administrativo disciplinar, em tramite perante a Corregedoria Permanente, no Estado de São Paulo, é aplicada

- (A) pelo Presidente do Tribunal de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.
- (B) pelo Juiz Corregedor Permanente.
- (C) pelo Corregedor Geral de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.
- (D) pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, diante de proposta do Juiz Corregedor Permanente.

61. Quanto ao controle da Administração Pública, é correto afirmar:

- (A) o mandado de segurança e a ação popular são meios de controle judicial da Administração.
- (B) ao Poder Legislativo é vedado o controle sobre atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (C) o recurso administrativo não integra o controle administrativo da Administração.
- (D) não há previsão legal de controle administrativo financeiro do Poder Judiciário pelo Poder Legislativo.

62. No Estado de São Paulo, a competência para dar início ao exercício da delegação aos Notários e Oficiais de Registro é do

- (A) Presidente do Tribunal de Justiça.
- (B) Corregedor Geral da Justiça.
- (C) Governador do Estado.
- (D) Juiz Corregedor Permanente.

63. A promulgação de uma lei que estabelece a criação de uma autarquia com transferência de parte da competência da União para a pessoa jurídica criada envolve

- (A) desconcentração do poder.
- (B) reunião de competências.
- (C) descentralização do poder.
- (D) unificação de competências.

64. Com relação aos agentes públicos, é correto afirmar:

- (A) os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas são agentes públicos.
- (B) as pessoas jurídicas podem ser agentes públicos.
- (C) a regência pela legislação trabalhista exclui a situação jurídica de agente público.
- (D) todos os agentes públicos são regidos pelo regime estatutário.

65. A Administração tem o dever de realizar o interesse público sem a promoção do servidor público ou autoridade que realizou o ato. Essa previsão, concernente ao regime jurídico administrativo, é conforme ao princípio da

- (A) supremacia do interesse público.
- (B) impessoalidade.
- (C) publicidade.
- (D) motivação.



DIREITO TRIBUTÁRIO

66. A Constituição Federal veda que determinados tributos sejam cobrados no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Trata-se de limitação constitucional ao poder de tributar, conhecida por princípio da anterioridade. Assinale a alternativa na qual consta um tributo que excepciona tal princípio.

- (A) Contribuição Social no interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- (B) Imposto sobre a propriedade rural.
- (C) Empréstimo compulsório instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- (D) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários.

67. Em relação à competência para exigir o pagamento do imposto *causa mortis* e doação, é correto afirmar:

- (A) terá suas alíquotas máximas fixadas por lei complementar estadual.
- (B) tratando-se de bens móveis, a competência, no caso de doação, é do domicílio do donatário, mesmo se residente no exterior.
- (C) tratando-se de bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- (D) terá a competência regulada por lei estadual se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

68. De acordo com o Código Tributário Nacional,

- (A) a obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- (B) os princípios gerais de direito privado são utilizados para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, inclusive para a definição dos respectivos efeitos tributários.
- (C) a lei tributária nova pode retroagir, quando for expressamente interpretativa, inclusive para aplicação de penalidade.
- (D) está em conformidade com o conceito de tributo a noção de prestação pecuniária que constitua sanção de ato ilícito.

69. A respeito do imposto sobre propriedade territorial rural (ITR), assinale alternativa correta.

- (A) O ITR será fiscalizado e cobrado pelos municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- (B) O ITR não incide sobre o imóvel declarado como de interesse social para fins de reforma agrária.
- (C) Não há previsão constitucional para a progressividade do ITR.
- (D) A base de cálculo do ITR é o valor da terra nua.

70. Para fins de instituição e cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU, o Código Tributário Nacional exige a implementação por parte do Poder Público Municipal de, pelo menos, dois melhoramentos ali elencados. Assinale a alternativa que contém 02 (dois) melhoramentos previstos no CTN.

- (A) Sistema de esgotos sanitários e escola primária a uma distância mínima de 05 (cinco) quilômetros do imóvel considerado.
- (B) Meio-fio ou calçamento, com ou sem canalização de águas pluviais, e abastecimento de água.
- (C) Abastecimento de água e posto de saúde a uma distância mínima de 10 (dez) quilômetros do imóvel considerado.
- (D) Sistemas de esgotos sanitários e rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição familiar.

71. A respeito do Imposto sobre Transmissão “Inter vivos” de bens imóveis – ITBI, é correto afirmar que

- (A) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- (B) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, mesmo que a atividade preponderante do adquirente seja a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- (C) sua instituição compete ao Município onde se realiza a transmissão.
- (D) sua instituição compete ao Estado da situação do bem.

DIREITO CIVIL

72. Apresentado requerimento de habilitação para o casamento, constatou-se que o nubente contava com dezessete anos de idade, mas tinha sido emancipado, enquanto que a nubente possuía dezessete anos, porém estava sob tutela. Nesse caso hipotético, no que concerne à autorização para contrair matrimônio, deve o Oficial do Cartório de Registro Civil exigir autorização

- (A) dos genitores de ambos os nubentes ou ato judicial que a supra.
- (B) dos genitores do nubente emancipado, bem como de um curador especial nomeado para a nubente sob tutela ou ato judicial que a supra.
- (C) do tutor da nubente ou ato judicial que a supra.
- (D) dos genitores da nubente sob tutela ou ato judicial que a supra.

73. A presunção de paternidade dos filhos concebidos na constância do casamento, prevista no artigo 1.597 do Código Civil,

- (A) é estabelecida para os havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que haja prévia autorização do marido e mediante comprovação de que esse seja incapaz de procriar.
- (B) é estabelecida para os havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido.
- (C) configura-se para os havidos a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários decorrentes de concepção artificial heteróloga.
- (D) tem caráter absoluto em relação ao pai e relativo em relação a terceiros.



- 74.** Tulio e Lívia possuem, respectivamente, sessenta e cinquenta e quatro anos de idade e celebraram pacto antenupcial, no qual adotaram o regime da participação final nos aquestos. Convencionaram, nesse pacto, a dispensa da autorização conjugal para a livre disposição dos bens imóveis particulares. O referido pacto antenupcial é
- (A) anulável.
 - (B) nulo.
 - (C) ineficaz.
 - (D) válido.
- 75.** Assinale a alternativa correta a respeito da tomada de decisão apoiada.
- (A) Antes da apreciação do pedido de tomada de decisão apoiada, é imprescindível a realização de perícia por equipe multidisciplinar, podendo ser dispensada, a critério do magistrado, a oitiva pessoal do requerente e das pessoas que lhe prestarão apoio.
 - (B) Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar aos apoiadores que contra-assinem o contrato, especificando, por escrito, suas respectivas funções em relação ao apoiado.
 - (C) Os apoiadores da pessoa com deficiência serão por ela indicados, com observância do rol previsto no artigo 1.775 do Código Civil e passarão a representá-la nos atos da vida civil.
 - (D) É um procedimento que implica em uma restrição da capacidade civil do autor do pedido, seja com relação à sua pessoa, seja com relação aos seus bens.
- 76.** No que concerne à deserção e à exclusão por indignidade, é correto afirmar:
- (A) a deserção e a exclusão por indignidade atingem herdeiros necessários e testamentários.
 - (B) todos os motivos que ensejam a deserção configuram causas que servem de fundamento para a exclusão por indignidade.
 - (C) se a deserção não se concretizar por ser nulo o testamento que a contempla, e a causa invocada pelo testador for causa também de exclusão por indignidade, poderá ser proposta ação para exclusão do herdeiro indigno.
 - (D) na exclusão por indignidade, os fatos que a fundamentam não podem ser posteriores à morte do autor da herança.
- 77.** A substituição compendiosa é
- (A) aquela em que o testador designa vários substitutos simultâneos ao herdeiro instituído.
 - (B) a concorrência da substituição ordinária e da substituição recíproca.
 - (C) a concorrência da substituição vulgar e da substituição fideicomissária.
 - (D) aquela em que o testador determina que certa parte de seu patrimônio ou um ou mais bens dele destacado fiquem sob a confiança de um herdeiro instituído, sobre o qual pesará a obrigação de transmitir o conteúdo da deixa testamentária a um outro herdeiro ou legatário.
- 78.** Pompeu era solteiro, não vivia em união estável e faleceu sem deixar ascendentes ou descendentes e testamento. Entretanto, deixou um tio materno, dois irmãos germanos, um irmão unilateral e um sobrinho – filho de um irmão unilateral premorto. O acervo hereditário corresponde ao montante em pecúnia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Nesse caso, assinale a alternativa correta referente à divisão do acervo hereditário.
- (A) Cada um dos irmãos germanos receberá R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o irmão unilateral receberá R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o tio materno e o sobrinho receberão, respectivamente, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada um.
 - (B) Cada um dos irmãos receberá um quinhão de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
 - (C) Cada um dos irmãos e o tio materno receberão, respectivamente, R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
 - (D) Cada um dos irmãos germanos receberá R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o irmão unilateral receberá R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e o sobrinho R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- 79.** O silêncio circunstanciado
- (A) implica na ausência de vontade e, por via de consequência, na inexistência do negócio jurídico.
 - (B) ocorre quando o declarante omite sua vontade real ao celebrar um negócio jurídico.
 - (C) é vedado no ordenamento jurídico pátrio.
 - (D) pode produzir efeitos jurídicos.
- 80.** Com relação à posse, é correto afirmar:
- (A) mesmo tendo o possuidor de boa-fé tomado conhecimento inequívoco da existência de vício na aquisição de sua posse, esta permanece de boa-fé, em consideração ao momento de sua aquisição.
 - (B) a denominada posse violenta tem natureza jurídica de detenção.
 - (C) a posse não pode ser adquirida por representante do possuidor ante a necessidade de atos materiais de apreensão da coisa.
 - (D) posse precária é a exercida de forma velada, sem publicidade, não ostensiva.
- 81.** Com relação ao usufruto, é correto afirmar:
- (A) o exercício do usufruto é impenhorável.
 - (B) o usufruto não pode ter por objeto bens consumíveis ou fungíveis.
 - (C) o direito de usufruto não pode ser adquirido por usucapião.
 - (D) no usufruto simultâneo ou conjuntivo, o direito de acrescer entre os usufrutuários, ocorrendo o falecimento de um deles, depende de estipulação expressa.



82. Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:

(A) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.

(B) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.

(C) há perda da propriedade.

(D) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.

83. No âmbito dos Direitos Reais de Garantia previstos no Código Civil, é correto afirmar que o direito de preferência

(A) não é uma característica presente em todos os direitos reais de garantia.

(B) é absoluto, não sofrendo exceções por outras leis.

(C) encerra a noção do vínculo real a que se prende.

(D) é extinto, caso o devedor venha a cair em insolvência ou falir.

84. Com relação ao instituto da representação, assinale a alternativa correta.

(A) A representação legal pressupõe uma declaração de vontade unilateral do representado.

(B) A representação pode ter origem na lei ou na manifestação de vontade do representado.

(C) A extinção da representação voluntária ou convencional por ato unilateral do representante é denominada revogação.

(D) A representação também ocorre no caso da entrega de um documento por um colaborador, no qual o interessado haja declarado sua vontade.

85. O ato da criação de uma obrigação com a finalidade de extinguir uma obrigação antiga encerra:

(A) Compensação.

(B) Imputação em pagamento.

(C) Transação.

(D) Novação.

86. Com relação à mora, é correto afirmar:

(A) o cumprimento integral e tempestivo da obrigação pode configurar mora na hipótese de o devedor, culposamente, cumprir a obrigação fora do lugar ou de forma diversa do estabelecido.

(B) havendo retardo no cumprimento da obrigação, sempre estará caracterizada a mora.

(C) o instituto da mora não se aplica ao credor.

(D) por regra de boa-fé objetiva, a purgação da mora sempre é possível, ainda que a prestação seja inútil ao credor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

87. Analise as afirmações a seguir em relação às normas fundamentais do processo civil.

I - Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito, justa e efetiva.

II - As partes têm o direito de obter em tempo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.

III - O Juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, excetuando as matérias sobre as quais deva decidir de ofício.

IV - Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Assinale a alternativa que contém as afirmações corretas.

(A) I e III.

(B) II e III.

(C) II e IV.

(D) I e IV.

88. É correto afirmar que

(A) não é cabível requerimento de desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial do processo de conhecimento.

(B) em ação que verse sobre direito real imobiliário, basta a citação de um dos cônjuges, se casados sob o regime de comunhão parcial de bens.

(C) o Juiz deve nomear curador especial ao réu preso revel.

(D) o adquirente da coisa litigiosa sucede a parte alienante no processo, independentemente do consentimento da parte contrária.

89. Sobre os atos processuais, é correto afirmar:

(A) serão realizados em dias úteis, das 6h às 22h.

(B) poderão ser concluídos após as 20 horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.

(C) as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se, desde que com autorização judicial, no período de férias forenses, onde houver, e nos feriados.

(D) quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos eletrônicos, esse deverá ser protocolado no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme o disposto na lei de organização judiciária local.



- 90.** Sobre as ações de despejo decorrentes de locação de imóvel residencial urbano, é correto afirmar que
- (A) devem sempre estar instruídas com a prova da propriedade do imóvel ou do compromisso, ainda que seja por denúncia vazia.
- (B) se fundadas em falta de pagamento, caberá liminar para desocupação se o contrato trazer somente a fiança como garantia.
- (C) é competente para conhecer e julgar tais ações o foro do lugar da situação do imóvel, salvo se outro houver sido eleito no contrato.
- (D) a execução provisória do despejo por infração legal ou contratual dependerá de caução, real ou fidejussória, não inferior a seis meses nem superior a doze meses do aluguel.

DIREITO PENAL

- 91.** É causa impeditiva da prescrição
- (A) o cumprimento da pena, pelo agente, no estrangeiro.
- (B) o recebimento da denúncia ou da queixa.
- (C) a reincidência.
- (D) o início ou continuação do cumprimento da pena.
- 92.** No roubo, a pena é aumentada
- (A) se o agente, ao tempo da ação, se encontrava em estado de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- (B) se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.
- (C) durante o repouso noturno.
- (D) se o agente comete o crime sob coação a que podia resistir.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 93.** A prisão preventiva poderá ser decretada
- (A) como garantia da ordem econômica, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.
- (B) como garantia da ordem pública, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 02 (dois) anos.
- (C) para assegurar a aplicação da lei penal, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 03 (três) anos.
- (D) por conveniência da instrução criminal, nos crimes dolosos ou culposos.

DIREITO COMERCIAL

- 94.** A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a
- (A) 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (B) 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (C) 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- (D) 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no país.
- 95.** Na sociedade limitada, os poderes do sócio, conferidos por ato separado, são
- (A) irrevogáveis, salvo justa causa, reconhecida judicialmente, a pedido de qualquer dos sócios.
- (B) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.
- (C) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pela maioria de votos dos presentes, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.
- (D) revogáveis, a qualquer tempo, mediante deliberação dos sócios tomada pelos votos correspondentes a, no mínimo, dois terços do capital social, salvo se o contrato exigir quórum mais elevado.
- 96.** Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de embarcação sujeita a registro, serão feitos por
- (A) escritura pública; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 50 (cinquenta) toneladas.
- (B) escritura pública ou instrumento particular; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 100 (cem) toneladas.
- (C) escritura pública ou instrumento particular; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 50 (cinquenta) toneladas.
- (D) escritura pública; o registro é obrigatório, quando a embarcação possuir arqueação bruta superior a 100 (cem) toneladas.
- 97.** O portador do cheque
- (A) pode recusar pagamento parcial, mas, caso seja feito, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.
- (B) não pode recusar pagamento parcial, e, nesse caso, o sacado deve exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.
- (C) não pode recusar pagamento parcial, e, nesse caso, o sacado pode exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.
- (D) pode recusar pagamento parcial, mas, caso seja feito, o sacado deve exigir que esse pagamento conste do cheque e que o portador lhe dê a respectiva quitação.



98. O devedor poderá requerer a homologação do plano de recuperação extrajudicial que obriga a todos os credores por ele abrangidos, desde que assinado por credores que representem mais de

- (A) metade de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
- (B) 3/4 (três quartos) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
- (C) 2/3 (dois terços) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
- (D) 3/5 (três quintos) de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.

99. No Registro Público Empresarial,

(A) as alterações contratuais poderão ser efetuadas por escritura pública ou instrumento particular, independentemente da forma adotada no ato constitutivo.

(B) a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento no período de 05 (cinco) anos consecutivos, deverá comunicar à Junta Comercial que deseja se manter em funcionamento.

(C) as procurações e os atos levados a arquivamento nas Juntas Comerciais são dispensados de reconhecimento de firma.

(D) expirado o prazo da sociedade celebrada por tempo determinado, a proteção ao nome empresarial caducará no prazo de 05 (cinco) anos.

CONHECIMENTOS GERAIS

100. Dentre as minorias étnico-religiosas perseguidas e massacradas mais recentemente ao redor do mundo, destacam-se os rohingyas. Esse conflito ocorre

- (A) em Mianmar, e os rohingyas fogem para Bangladesh.
- (B) na Somália, e os rohingyas fogem para a Etiópia.
- (C) na Indonésia, e os rohingyas fogem para a Malásia.
- (D) no Brunei, e os rohingyas fogem para a Indonésia.

Versão 1 (GABARITO)

1 - A	2 - D	3 - A	4 - D	5 - B	6 - A	7 - C	8 - B	9 - B	10 - A
11 - B	12 - C	13 - A	14 - C	15 - B	16 - C	17 - B	18 - C	19 - D	20 - D
21 - A	22 - D	23 - C	24 - A	25 - A	26 - C	27 - D	28 - B	29 - D	30 - A
31 - C	32 - A	33 - B	34 - D	35 - D	36 - B	37 - C	38 - C	39 - D	40 - B
41 - A	42 - D	43 - B	44 - A	45 - D	46 - B	47 - A	48 - C	49 - C	50 - B
51 - A	52 - C	53 - B	54 - B	55 - D	56 - B	57 - C	58 - D	59 - C	60 - B
61 - A	62 - D	63 - C	64 - A	65 - B	66 - D	67 - C	68 - A	69 - A	70 - D
71 - A	72 - C	73 - B	74 - D	75 - B	76 - C	77 - C	78 - D	79 - D	80 - B
81 - D	82 - C	83 - A	84 - B	85 - D	86 - A	87 - D	88 - C	89 - B	90 - C
91 - A	92 - B	93 - A	94 - C	95 - B	96 - D	97 - C	98 - D	99 - A	100 - A

VERSÃO 2

REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAL

01. De acordo com o Provimento nº 62/2017, da Corregedoria Nacional da Justiça, o cadastramento e a prestação de serviços de apostilamento pelas serventias notariais e de registro são obrigatórios

- (A) nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal e facultativos no interior.
- (B) em todas as serventias, com possibilidade de dispensa por motivos justificados.
- (C) em todas as serventias.

(D) nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, com possibilidade de dispensa por motivos justificados, e facultativos no interior.

02. Nos termos da Lei Estadual nº 11.331/2002, o limite de receita bruta para fins de suplementação da receita mínima das serventias deficitárias é equivalente a

- (A) 10 (dez) salários-mínimos mensais.
- (B) 12 (doze) salários-mínimos mensais.
- (C) 13 (treze) salários-mínimos mensais.
- (D) 15 (quinze) salários-mínimos mensais.

03. De acordo com as Notas Explicativas da Tabela de Emolumentos relativa ao Registro de Títulos e Documentos, anexa à Lei Estadual nº 11.331/2002, a base de cálculo do registro de contrato de locação de imóvel com duração de 30 (trinta) meses será equivalente

- (A) ao valor total do contrato, calculado com base no valor do primeiro aluguel.
- (B) à soma dos 12 (doze) primeiros alugueres.
- (C) a um terço do valor do imóvel.
- (D) ao valor do imóvel.



DICOGE

DICOGE 1.1

COMUNICADO CG Nº 602/2018

PROCESSO Nº 2010/86621 – BRASÍLIA/DF – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E OUTROS

A Corregedoria Geral da Justiça **SOLICITA** aos MM. Juizes Corregedores Permanentes das unidades extrajudiciais **vagas** do Estado de São Paulo, que até o 20º dia útil do mês informem à Corregedoria Geral da Justiça, através de ofício enviado por e-mail endereçado à **dicoge@tjsp.jus.br**, qual delas apresentou ou não o excedente de receita estipulado pelo CNJ no mês de **MARÇO/18** (conforme rr. parecer e decisão publicados no Diário da Justiça Eletrônico do dia 09/08/2010, fls. 16/18).

Em caso positivo, ou seja, se houver excedente de receita, **o Juízo Corregedor Permanente** deverá comunicar o valor, sendo o ofício instruído com cópia da guia de recolhimento devidamente paga e com o balancete no modelo instituído pelo CNJ ou deverá informar se a unidade estiver amparada por liminar e, portanto, isenta de recolhimento (um ofício para cada unidade extrajudicial vaga).

Em caso negativo, ou seja, se não houver excedente de receita, **o Juízo Corregedor Permanente** também deverá comunicar o fato (um ofício para cada unidade extrajudicial vaga).

COMUNICA, finalmente, que serão divulgados modelos dos referidos ofícios através do *e-mail* dos Diretores das unidades judiciais.

CONCURSO EXTRAJUDICIAL

11º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL Nº 05/2018 – IMPUGNAÇÕES ÀS QUESTÕES DA PROVA DE SELEÇÃO

O Presidente da Comissão Examinadora do 11º Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo, Desembargador Márcio Martins Bonilha Filho, **FAZ SABER** que foram recebidas e apreciadas as seguintes impugnações às questões das provas de seleção do referido certame (obs.: os candidatos que apresentaram mais de um recurso tiveram todos juntados no mesmo processo):

TABELA I

CANDIDATOS	PROCESSO Nº
ADILSON APARECIDO SENISE DA SILVA	2018/45867
ALBERTO RODRIGUES FREIRE	2018/46188
ALEXANDRE LUIZ LUCCO	2018/45839
ALFREDO LUIS PAPASSONI FERNANDES	2018/46420
ALI NASSER HUDA	2018/45887
ALINE BERTELLINI	2018/46454
ANA CAROLINA DEGANI DE OLIVEIRA	2018/46159
ANA FLAVIA VARNIER GOMES	2018/46110
ANDRÉ MACHADO DE SOUZA	2018/46196
ANDRÉ PRUDENTE EDDINE	2018/45835
ANDREA SALES SANTIAGO SCHMIDT	2018/46191
ANGELA EMILIA TOSI BORGES	2018/46194
ANIZ EDUARDO BONEDER AMADEI	2018/45831
ARTUR SILVA DE AGUIAR	2018/45828
BEATRIZ CHRISTINE MOTTA BECK	2018/45806
BRENNO BIRCKHOLZ DA SILVA	2018/46241
BRUNA DA SILVA BRANDINI	2018/45817
BRUNO CARPANEDA SCHMIDT	2018/45810
CAIO PACCA FERRAZ DE CAMARGO	2018/46287
CAMILA COSTA XAVIER	2018/45793
CAMILA GIBBA GOMES	2018/46235
CARLOS EDUARDO VILALTA FERREIRA	2018/46113
CAROLINA MADEIRA QUARANTA	2018/46292
CHARLES WILLIAN BENDLIN	2018/46239
CHRISTIANNI VIEGAS ZAGO	2018/46106
CLEURISMALDO MARTINS DA SILVA	2018/46102
COPERNICO FERRAZ DE CAMARGO JÚNIOR	2018/46184
CRISTIANE ODORIZZI	2018/46101
DAIANA FLORES	2018/46294
DANIEL ANDRÉ PAGAN RIBEIRO	2018/46237
DANIEL MONTEIRO NEVES	2018/46111
DANIEL RAMELLA MUNHOZ	2018/46293



DANIELA CRISTINA LOBO FERREIRA	2018/46104
DANIELLE BORTOLOTO DA SILVA	2018/46103
DANNIEL LIBRELON PIMENTA	2018/46154
DEBORA LUIZA DA LUZ	2018/46425
DELSON LUIZ BASTOS FERRO	2018/46430
DELZI MAGDA GIMENEZ	2018/46105
DENILVAN NASCIMENTO SANTIAGO	2018/45939
DENISE LUCIO TAVELA	2018/45925
DIANA SOFIA PIECHOCKI WANDERLEY	2018/46153
DIOGO DANTES LODI ANDRADE	2018/45991
EDSON SILVA TRINDADE	2018/46146
EDSON VANDERLEI DE SOUZA	2018/46386
EDUARDO DE ALMEIDA BARBOSA PIRES DO COUTO	2018/45988
EDUARDO FRANCO CANDIA	2018/46133
EDUARDO MARTINES JÚNIOR	2018/46334
EDUARDO TELLES SCHERER	2018/46230
ELIANA BARBOSA PRETTE	2018/46349
EMANOEL CAMARAO QUEIROZ	2018/46365
EMERSON DE GODOI	2018/46212
FABIANA APARECIDA CANUTO FILGUEIRAS	2018/46182
FABIANE SANTOS DA SILVA	2018/46229
FABIO DE FARIA LEÃO	2018/46117
FELIPE DE SOUZA PINTO	2018/46203
FELIPE MARTINS DA CRUZ NETO	2018/46181
FERNANDA LOURES DE OLIVEIRA	2018/46198
FERNANDO MARTINS BONILHA FILHO	2018/46451
FILIPE CARVALHO PEREIRA	2018/46158
FILIPE FERNANDES DIAS TOMAZONI	2018/45912
FLAVIA DE OLVEIRA DIAS FONSECA	2018/45905
FLAVIA RODRIGUES ROMANO	2018/46195
FLAVIO BARTOLI DA SILVA JÚNIOR	2018/45895
FRANCISCO DE ASSIS MELO FILHO	2018/45899
GABRIEL TARSITANO RIBEIRO	2018/45914
GABRIELA LUIZA RODRIGUES COSTA	2018/45983
GABRIELA MARIA DE OLIVEIRA FRANCO	2018/45920
GEOVANIA DE FREITAS VENTURIN	2018/45941
GEOVANNI DE SOUZA PROCOPIO	2018/45949
GIOVANI MARCELO TOMIO	2018/45981
GUILHERME COSTA DE CAMARGO BARROS	2018/45976
GUILHERME STREIT CARRARO	2018/45954
GUSTAVO DE REVOREDO PUGSLEY	2018/46180
GUSTAVO OLIVEIRA DE SÁ E BENEVIDES	2018/46179
HELEN GOULART MAGALHÃES DA FONSECA	2018/45819
HUMBERTO CIUFFI RODRIGUES FILHO	2018/45896
IGOR JACOBSON	2018/46475
IVAN JACOPETTI DO LAGO	2018/46249
IZABEL CRISTINA D'AVILA BARCELLOS	2018/46439
IZAIAS GOMES FERRO JÚNIOR	2018/45788
JACKS RODRIGUES FERREIRA FILHO	2018/46450
JOÃO CARLOS SANTOS DA ROSA FABIAO	2018/45834
JOÃO DE DEUS MOREIRA CALHEIROS JÚNIOR	2018/46245
JOÃO PAULO MARTINS MAGALHÃES	2018/46186
JORGE AUGUSTO RIBEIRO BRESSAN	2018/45877
JORGE RACHID HABER NETO	2018/46426
JOSÉ ACÁCIO JULIAN	2018/45885
JOSÉ LUCAS RODRIGUES OLGADO	2018/46187
JOSÉ MAURÍCIO SAMPAIO CASTRO	2018/45843
JOSIMAR JOSÉ DA SILVA	2018/45785
JULIA ROSSETI PICININ ARRUDA VIEIRA	2018/45840
JULIANA ALVES MIRAS BARROS	2018/45790
JULIANA FRIEDRICH FARAJ ROMAGNA GRASSO	2018/46306
JULIANA RODRIGUES ZANCHETTA	2018/46444
JULIANA SAVIAN BARRATELI	2018/45776
JULIANO JUNG	2018/45764
KAREEN ZANOTTI DE MUNNO	2018/46388
KENDI FELIPE YAMAMOTO	2018/45777
LEANDRO JOSÉ MEIRELES E SILVA	2018/46297



LEIA FERNANDA DE SOUZA RITTI RICCI	2018/46145
LEONARDO BARROSO COUTINHO	2018/45864
LEONARDO GOMES PEREIRA	2018/45870
LEOPOLDINA TAMELLY SIDOLLY DE OLIVEIRA	2018/46149
LETICIA ARAUJO FARIA	2018/46330
LUCAS DOS SANTOS PAVIONE	2018/46156
LUCAS HENRIQUE ALVES VELLASCO	2018/46151
LUCAS MARTINS DE OLIVEIRA	2018/46327
LUCAS PALHANO DE ALBUQUERQUE	2018/46298
LUCAS SHIGUERU FUJIIKE	2018/46143
LUCIANA PFEILSTICKER SOUSA SANTOS	2018/46126
LUCILA PAULA CRUZ CARVALHO	2018/46135
LUIS ALBERTO DEGANI DE OLIVEIRA	2018/46140
LUIZ FERNANDO CLAUDINO BUENO	2018/46157
LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA CARNEIRO	2018/46500
MAISA DEL VALLE DA SILVA	2018/46185
MARCELA VIEIRA MARCONI	2018/46286
MARCELE XAVIER DE OLIVEIRA FAVARON	2018/46122
MARCELO BENTO BRUM MARINHO	2018/46118
MARCELO MAURICIO BARBOSA ARSENIO	2018/46314
MARCIA TAVARES GROSSI BRANCO	2018/46285
MARCIELLY GARCIA GIBIN	2018/46097
MARCIO ALVES DE ALMEIDA	2018/46100
MARCIO EIDI SUNAKOZAWA	2018/46317
MARCIO RODRIGUES GAMA	2018/45984
MARCO ANTONIO COSTA E SOUZA	2018/45873
MARCO ANTONIO RIBEIRO FACCHINI	2018/45888
MARCO ANTONIO RIBEIRO TURA	2018/46289
MARCO ANTONIO TAVELA	2018/46189
MARCO ANTONIO ZANELLA DUARTE	2018/45866
MARCOS ANTONIO BUENO	2018/46296
MARCOS CLARO DA SILVA	2018/45910
MARCOS FELIX DE OLIVEIRA	2018/45922
MARFISA OLIVEIRA CACAU	2018/46107
MARIA DA PENHA EMERLI MADEIRA	2018/46302
MARIA LUZIA DA FONSECA	2018/45915
MARIANGELA DE FÁTIMA ARIOSI	2018/46172
MARILIA FERREIRA DE MIRANDA	2018/46173
MAURECI MARCELO VELTER JÚNIOR	2018/46170
MILENA CEZE GULLA HATANAKA	2018/46291
MILTON FLAVIO CORREA FILHO	2018/46183
MOACYR PETROCELLI DE AVILA RIBEIRO	2018/46541
NAYARA CANDOTTI SANTANA	2018/46527
PALLOMA LAISA DE SOUSA DOURADO DE OLIVEIRA	2018/46171
PATRICIA DE BATTISTI ALMEIDA	2018/46508
PATRICIA KUFA	2018/46169
PATRICIA PEREIRA LIMA	2018/46488
PATRICK EDUARDO DA COSTA	2018/46290
PAULA BARALDI ARTONI	2018/46167
PAULA CECILIA DA LUZ RODRIGUES	2018/46168
PAULO RIBEIRO	2018/46266
PAULO TIAGO PEREIRA	2018/46166
PEDRO RAMOS DA SILVA JÚNIOR	2018/46162
PRISCILA LUISA PROBST	2018/46163
PRISCILLA MENDONÇA WAGNER	2018/46525
RAFAEL ANTONIO CASTRO MARQUES	2018/46164
RAQUEL DAYRELL VALADARES PEREIRA	2018/46519
RENAN ZUCCHI	2018/46299
RENATA GOMES PAIVA VISCONTI	2018/45814
RENATA HONORIO FERREIRA CAMARGO VIANA	2018/46231
RENATO SIDNEY DELAVIA	2018/46201
RICARDO ALMEIDA DOS SANTOS CATELAN YANO	2018/45795
RICARDO HENRIQUE ALVARENGA CUNHA	2018/46160
RICARDO MENDES VILLAFANE GOMES	2018/46240
RICARDO TADEU DIAS ANDRADE	2018/46174
RODRIGO BARBOSA OLIVEIRA E SILVA	2018/46260
RODRIGO FERACINE ALVARES	2018/46115



RUBENS RAPHAEL TRANIN DE PAULI	2018/46238
RUI GUSTAVO CAMARGO VIANA	2018/45950
RUTH ARAUJO VIANA	2018/46435
SAVIO RODRIGO ANTUNES DOS SANTOS ROSA	2018/45979
SERGIO JULIAN ZANELLA MARTINEZ CARO	2018/46325
SERGIO LUIZ BARBOSA SILVA	2018/46441
SHALOM EINSTOSS GRANADO	2018/45975
SHIRLEY GRAZIELY MOTA BRANDÃO SILVA	2018/45860
TACIANA AFONSO RIBEIRO XAVIER DE CARVALHO	2018/46176
TALITA CRISTINA DE CASTRO CRUZ	2018/46246
TATIANA GALARDO AMORIM DUTRA SCORZATO	2018/45802
TAYSA PACCA FERRAZ DE CAMARGO	2018/46109
THAIS FREITAS PEREIRA DE MELO AIROLDI	2018/45797
THIAGO ANSELMO GUIMARÃES	2018/45933
THIAGO CORTES REZENDE SILVEIRA	2018/46432
THIAGO OLIVEIRA PEREIRA	2018/46197
THIERRY DE CARVALHO FARACCO	2018/46322
VERUSCA ROSINA MIGOTO NUNES	2018/46288
VICTOR NOVAIS BURITI	2018/46243
VITTORIO BERTOLIN DA SILVEIRA	2018/46175
VIVIAN PEREIRA LIMA	2018/46200
WANDERLEI MARQUES ZAMFORLIN NETO	2018/45800
YARA COSTA TORQUATO	2018/46300
YASMINE COELHO KUNRATH	2018/46108

Nos processos da **TABELA I** foi proferida a seguinte **DECISÃO**: Impugnação indeferida, conforme deliberação da Comissão de Concurso constante da Ata nº 11/2018, cujo original está juntado no Proc. 2017/230356 (piloto do 11º Concurso). Publique-se esta decisão e arquite-se. SP, 28/03/2018, (a) **MÁRCIO MARTINS BONILHA FILHO**, Desembargador Presidente da Comissão do 11º Concurso.

TABELA II

CANDIDATOS	PROCESSO Nº
ADRIANO LORIERI RIBEIRO FURTADO	2018/45844
ANDRÉ BORGES DE CARVALHO BARROS	2018/45807
BRUNO LEANDRO SIMÃO	2018/46112
CARLOS FERNANDO PRETTO REIS	2018/46233
CLAUDIA ROSA DE MEDEIROS	2018/46295
DAYANE AMIRATI	2018/46449
FABIA SOUSA PRESSER	2018/46114
FERNANDO MAURO DE SIQUEIRA BORGES	2018/46099
FREDERICO OCTAVIANO NOGUEIRA	2018/46178
JOSÉ HERMÍNIO DOS SANTOS FUNICELLI	2018/45830
LUCAS NICOLATTI ALVES PINTO	2018/46142
LUIS GUSTAVO BELMONTE	2018/46124
LUIS RAMON ALVARES	2018/46537
LUIZ CARLOS ALVARENGA	2018/46496
MARCELO ARTUR MIRANDA CHADA	2018/46121
MARCIAL LUIS ZIMMERMANN	2018/46333
OTONIEL ROBERTO DOS SANTOS	2018/46257
PATRICIA GASPERINI FARIA SALIBA	2018/46486
PAULO VITOR ORLANDI DE LIMA	2018/46165
RAFAEL GIL CIMINO	2018/46521
RICARDO FRANCIS	2018/46161
SERGIO DE ARRUDA COSTA MACEDO	2018/46234
VIRGINIA VIANA ARRAIS	2018/46301
VLADIMIR SEGALLA AFANASIEFF	2018/46177

Nos processos da **TABELA II** foi proferida a seguinte **DECISÃO**: Impugnação parcialmente deferida, conforme deliberação da Comissão de Concurso constante da Ata nº 11/2018, cujo original está juntado no Proc. 2017/230356 (piloto do 11º Concurso). Publique-se esta decisão e arquite-se. SP, 28/03/2018, (a) **MÁRCIO MARTINS BONILHA FILHO**, Desembargador Presidente da Comissão do 11º Concurso.



FAZ SABER, AINDA, que foram **ANULADAS AS QUESTÕES 83 - CRITÉRIO PROVIMENTO E 80 – CRITÉRIO REMOÇÃO**, conforme segue:

QUESTÃO Nº 83 - PROVIMENTO

(VERSÃO 01)

83. No âmbito dos Direitos Reais de Garantia previstos no Código Civil, é correto afirmar que o direito de preferência
- (A) não é uma característica presente em todos os direitos reais de garantia.
 - (B) é absoluto, não sofrendo exceções por outras leis.
 - (C) encerra a noção do vínculo real a que se prende.
 - (D) é extinto, caso o devedor venha a cair em insolvência ou falir.

(VERSÃO 02)

83. No âmbito dos Direitos Reais de Garantia previstos no Código Civil, é correto afirmar que o direito de preferência
- (A) encerra a noção do vínculo real a que se prende.
 - (B) é extinto, caso o devedor venha a cair em insolvência ou falir.
 - (C) não é uma característica presente em todos os direitos reais de garantia.
 - (D) é absoluto, não sofrendo exceções por outras leis.

(VERSÃO 03)

83. No âmbito dos Direitos Reais de Garantia previstos no Código Civil, é correto afirmar que o direito de preferência
- (A) é absoluto, não sofrendo exceções por outras leis.
 - (B) não é uma característica presente em todos os direitos reais de garantia.
 - (C) é extinto, caso o devedor venha a cair em insolvência ou falir.
 - (D) encerra a noção do vínculo real a que se prende.

(VERSÃO 04)

83. No âmbito dos Direitos Reais de Garantia previstos no Código Civil, é correto afirmar que o direito de preferência
- (A) é extinto, caso o devedor venha a cair em insolvência ou falir.
 - (B) encerra a noção do vínculo real a que se prende.
 - (C) é absoluto, não sofrendo exceções por outras leis.
 - (D) não é uma característica presente em todos os direitos reais de garantia.

QUESTÃO 80 – REMOÇÃO

(VERSÃO 01)

80. Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:
- (A) há perda da propriedade.
 - (B) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.
 - (C) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.
 - (D) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.

(VERSÃO 02)

80. Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:
- (A) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.
 - (B) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.
 - (C) há perda da propriedade.
 - (D) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.

(VERSÃO 03)

80. Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:
- (A) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.
 - (B) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.
 - (C) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.
 - (D) há perda da propriedade.

(VERSÃO 04)

80. Configurado o inequívoco abandono pelo proprietário de bem imóvel com valor superior a trinta salários-mínimos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:
- (A) a eficácia do abandono dependerá da concordância do Município, do Distrito Federal ou da União, conforme a localização do imóvel.
 - (B) há perda da propriedade.
 - (C) a perda da propriedade imóvel somente ocorrerá após o registro do abandono no Registro de Imóveis.

(D) a perda da propriedade por abandono não tem aplicação com relação aos imóveis com valor superior a trinta salários-mínimos.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não se alegue desconhecimento, é expedido o presente edital. São Paulo, 28 de março de 2018.

(a) **MÁRCIO MARTINS BONILHA FILHO** - Desembargador Presidente da Comissão do 11º Concurso

DICOGE 5.1

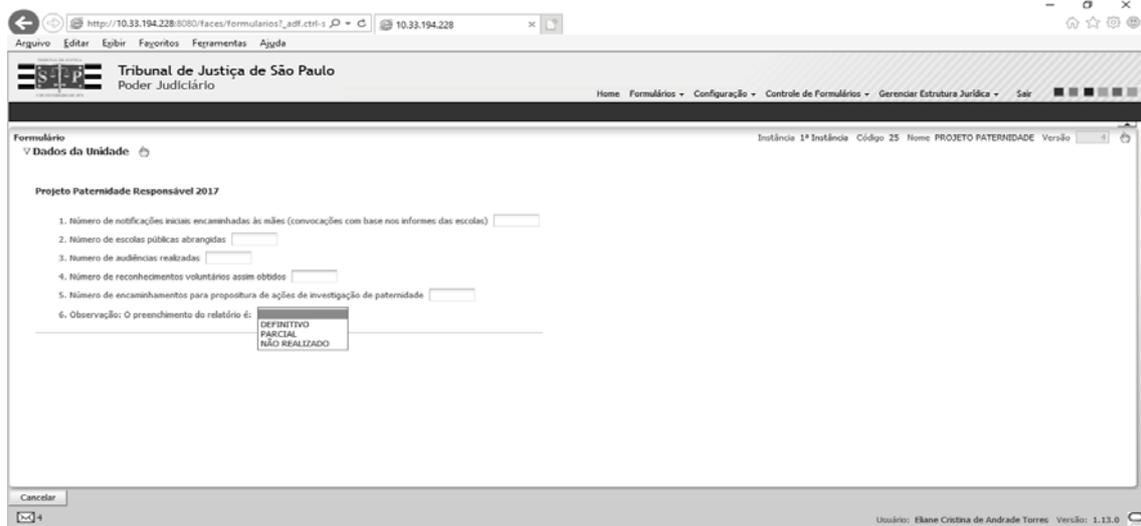
COMUNICADO CG Nº 509/2018

REPUBLICADO EM RETIFICAÇÃO QUANTO AO PERÍODO INFORMADO PARA O ENCAMINHAMENTO DAS INFORMAÇÕES, DEVENDO SER RESPEITADO O PRAZO PREVISTO PARA ENVIO DOS DEMAIS FORMULÁRIOS DO MOVJUD

PROCESSO CG Nº 2017/219410

A Corregedoria Geral da Justiça **INFORMA** aos MM. Juízes Corregedores Permanentes dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de São Paulo e aos MM. Juízes das Varas da Infância e da Juventude da Capital, responsáveis pelos trabalhos referentes ao Projeto Paternidade Responsável – 2017 que, em reiteração ao já anteriormente determinado e divulgado através do Comunicado CG nº 2270/2017, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico dos dias 09, 17, 19, 20, 23 e 24/10/2017, conforme estabelecido no Parecer Normativo aprovado nos autos do **Processo CG nº 2006/2387**, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico dos dias 18, 19 e 23/09/2008 e novamente nos dias 23, 25 e 30/09, 06 e 08/10/2009, **o término dos trabalhos deve se dar impreterivelmente até 31/03/2018**. A Corregedoria Geral da Justiça **INFORMA**, novamente, mudança na sistemática para a apresentação dos dados de 2017, razão pela qual ficará disponível a planilha, através do **SISTEMA MOVJUD**, a ser preenchida com os resultados obtidos e encaminhada no período de **01 a 11 de abril/2018**, conforme modelo de tela abaixo descrita (tela 1), observando que o preenchimento é obrigatório e se dará de forma individual por cada unidade judicial, bem como que não serão aceitos relatórios enviados por qualquer outro meio, físico ou eletrônico, os quais serão devolvidos ao remetente, sem análise ou contabilização das informações. Os casos em que a planilha for enviada com a informação "PARCIAL" ou "NÃO REALIZADO" estarão sujeitos à análise deste Órgão, com relação ao descumprimento do prazo previsto no Parecer Normativo acima descrito. Eventuais dúvidas poderão ser sanadas nos telefones: (11) 3313-5392 ou (11) 3229-7305 – DICOGE 5.1.

TELA 01



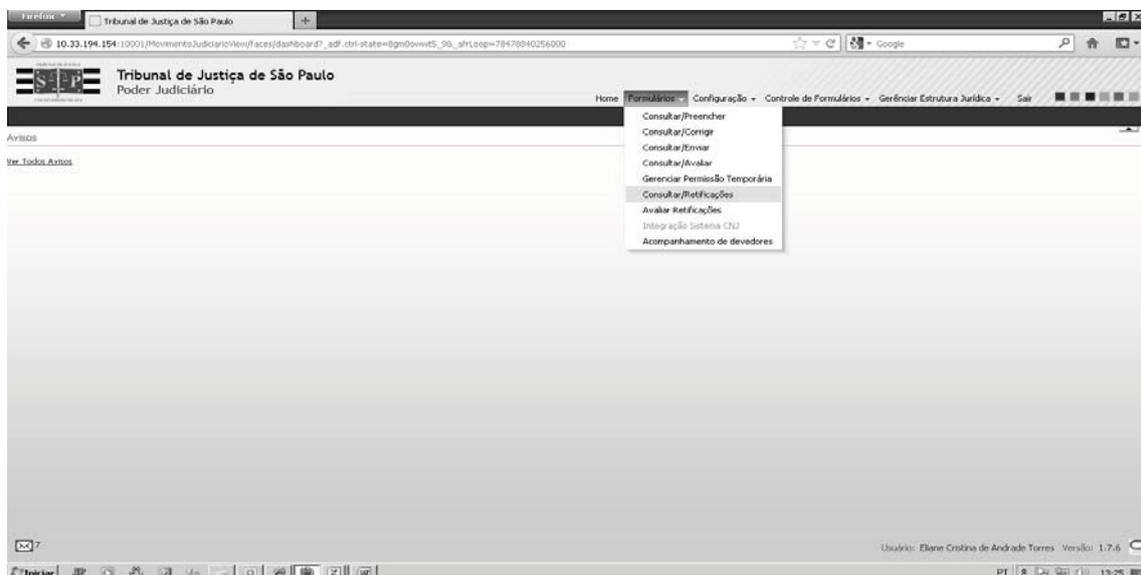
The screenshot shows a web browser window with the URL http://10.33.194.228:8080/aces/formularios?_adf.ctrl-s. The page header identifies the user as 'Eliane Cristina de Andrade Torres' and the version as '1.13.0'. The main content area is titled 'Formulário' and 'Dados da Unidade'. It contains a section for 'Projeto Paternidade Responsável 2017' with the following fields:

- Número de notificações iniciais encaminhadas às mães (convocações com base nos informes das escolas)
- Número de escolas públicas abrangidas
- Número de audiências realizadas
- Número de reconhecimentos voluntários assim obtidos
- Número de encaminhamentos para proposição de ações de investigação de paternidade
- Observação: O preenchimento do relatório é:

DEFINITIVO
PARCIAL
NÃO REALIZADO

At the bottom left, there is a 'Cancelar' button. At the bottom right, the user's name and version are displayed.

TELA 02



The screenshot shows a web browser window with the URL http://10.33.194.154:10001/MovimentoJudiciarioNew/aces/dashboard?_adf.ctrl-state=9gn0owmE5_96_ahfLoop=7647694256000. The page header identifies the user as 'Eliane Cristina de Andrade Torres' and the version as '1.7.6'. The main content area is titled 'Formulários' and shows a list of menu items:

- Consultar/Freercher
- Consultar/Corrigir
- Consultar/Enviar
- Consultar/Avolar
- Gerenciar Permissões Temporária
- Consultar/Retificações
- Avalar Retificações
- Integração Sistema CUIJ
- Acompanhamento de devedores

At the bottom left, there is a 'Trincar' button. At the bottom right, the user's name and version are displayed.